



**REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
E O CONSELHO ADMINISTRATIVO
BENJAMIN CONSTANT/AM EM 28 DE ABRIL DE 2026.**

REFERÊNCIA MARÇO DE 2026.

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, às 15h, na sede do IPSSBC/BCPREV, localizado à Rua General Canrobert, 950 – Bairro – Colônia II, na cidade de Benjamin Constant/AM, reuniu-se o Comitê de Política de Investimentos e o Conselho Administrativo, a partir da convocação do Diretor-Presidente, o Sr. Rodrigo da Silva Bichara e, que na ocasião, compareceram para a reunião: o Sr. Rodrigo da Silva Bichara – Diretor-Presidente, o Sr. José Martins da Rocha – Diretor Administrativo-Financeiro, o Sr. Rodrigo Christian Sena da Silva – Secretário de Economia e Finanças da PMBC, o Sr. Hiran Muraiare de Menezes – Representante dos servidores ativos e os membros dos Conselhos Administrativo, os senhores: Francisco Manoel Mota – Representante dos servidores Aposentados e Pensionistas, José Martins da Rocha – Diretor Administrativo-Financeiro, Hiran Muraiare de Menezes – Representante dos servidores ativos e o Sr. Gilcemar Pinheiro Barbosa – representante do Poder Legislativo. Os membros do Comitê de Investimentos foram nomeados pela Portaria nº 009/2025-GP/PMBC de 21 de janeiro de 2025 e, os demais membros do Conselho Administrativo, foram nomeados pelo Decreto nº 094/2025-GP/PMBC. O senhor Diretor-Presidente iniciou a reunião apresentando relatórios referentes aos demonstrativos com os saldos financeiros do IPSSBC/BCPREV até o dia 31/03/2026 que foi no valor de R\$ 112.792.652,13 (Cento e doze milhões, setecentos e noventa e dois mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e treze centavos) em conta corrente e em conta de investimentos, e um saldo da rentabilidade no mês de março, valorização que foi no valor de R\$ 1.312.807,69 (Um milhão, trezentos e doze mil, oitocentos e sete reais e sessenta e nove centavos), menos a Fopag do mês de março, ficando assim, um saldo final de R\$ 793.691,12 (Setecentos e noventa e três mil, seiscentos e noventa e um reais e doze centavos), sendo a planilha apresentada e entregue para todos os membros presentes com a composição da carteira do mês de março com os referidos valores e saldos. Inclusive foi citado que esta planilha se encontra publicada nas redes sociais e em dezenas de grupos de whatsapp como no grupo dos Conselho, do Comitê e na dos Aposentados. A contribuição de competência março foi depositada parcialmente em 31/03/2026 com o valor total de R\$ 1.017.926,66 (Um milhão, dezessete mil, novecentos e vinte e seis reais e sessenta e seis centavos), do segurado foi o valor total de R\$ 522.415,30 (Quinhentos e vinte e dois mil, quatrocentos e quinze reais e trinta centavos) e do patronal foi repassado apenas a parte referente ao FUNDEB no valor de R\$ 495.511,36 (Quatrocentos e noventa e cinco mil, quinhentos e onze reais e trinta e seis centavos) restando a repassar o valor de R\$ 197.061,22 (Cento e noventa e sete mil, sessenta e um reais e vinte e dois centavos). A Câmara Municipal repassou o valor referente a competência do mês de março em 24/03/2026 o valor de R\$ 6.284,91 (Dois mil, duzentos e oitenta e quatro reais e noventa e um centavos); e o IPSSBC/BCPREV repassou o valor referente a competência do mês de março em 27/03/2026 o valor de R\$ 2.966,53 (Dois mil, novecentos e sessenta e seis reais e cinquenta e dois centavos). O Diretor-Presidente explanou que no mês de março não houve pedido de movimentação/remanejamento de valores dos fundos da carteira do IPSSBC/BCPREV. E, disse, que houve uma aplicação nas contas 8750-5 e 10545-7 do Bradesco que eram de valores que estavam na conta corrente, os quais foi solicitado ao representante do banco – Elton – que desse um comando para que quaisquer valores creditados nessas contas fossem aplicados automaticamente. Foi então que ao assinar o DAIR referente ao mês de fevereiro, surgiu uma notificação do MPS-CAPREV de nº 2026.002810.01 o qual comunicaram sobre aplicações automáticas em desacordo com a Resolução CMN nº 5.272/2025. A nossa Consultoria – Referência – entrou em contato através de email solicitando a regularização desses valores para não incorrer em



penalidades por parte do gestor. Entrei em contato com o mesmo representante do banco Bradesco solicitando informações acerca da aplicação que até o momento estava irregular, causando desenquadramento do fundo e gerando notificação. Ocorreu que após explicado e demonstrado, entrou em contato com a nossa consultoria que acatou o que o representante do banco lhe falara. Assim, a consultoria estava equivocada ao enquadrar um fundo no art. 7, III que na verdade era art. 7, I. Com isso, geraria uma alteração, uma retificação no DAIR e consequentemente resolvendo a referida notificação. Frisou que houve a alteração/retificação do DAIR de fevereiro e que a mesma foi assinada e enviada no sistema CADPREV, a qual não houve nenhum apontamento e/ou restrição. Ou seja, fevereiro regularizado. E agora esperar se a notificação é cancelada automaticamente ou se precisa ainda responder. Entrou em contato com a consultoria para verificar sobre o cancelamento da notificação. Por conseguinte, a consultoria Referência, enviou e-mail em 20 de abril de 2026 com uma análise e sugestão de carteira com resgate e aplicação de R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais) do fundo CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2A TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP para o fundo CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP. Inicialmente, o Diretor-Presidente enviou no grupo de whatsapp, onde constam todos os membros, uma planilha e um documento com análise referente a realocação do valor para podermos adiantar com a transação, mas não houve apenas 3 manifestações, 2 para decidirmos na sessão e 1 para semana passada. Com isso, foi colocado em reunião para avaliação, análise e votação do comitê investimentos e do conselho de administração do IPSSBC/BCPREV, chegou-se à conclusão que iremos aderir a sugestão. E, como já estamos no final do mês o Diretor-Presidente sugeriu que se fizesse essa transação no início do mês de maio devido ao fechamento do mês de abril para facilitar a contabilidade. O Dirigente do Setor Público do banco Bradesco, enviou materiais (anexo) apresentando 3 fundos possíveis para aplicação. Esse material foi enviado para a nossa Consultoria para possível sugestão e, também, para os membros do Comitê, na sexta-feira 24, para uma análise, sugestões para que possamos decidir se aderimos algum deles para compor a nossa carteira. Até o momento a consultoria não enviou resposta. E em contato com o Sidney, do setor público Banco do Brasil, comentou a mesma estratégia sobre a possibilidade de colocar a conta do 26329-x em aplicação automática, pois temos dinheiro em conta corrente, mas não podemos pois não aceita mais aporte devida a Resolução CMN 5.272/2025. Então, ele sugeriu uma alternativa que é o Fluxo Soberano que substitui o BB Previdenciário Fluxo que será fechado e o Perfil Soberano em substituição do BB Previdenciário Perfil. Então, disse que esperou para que fosse decidido na sessão de hoje para assim conversarmos com a nossa consultoria para que possamos aplicar esse recurso que está em conta corrente. O Diretor-Presidente ainda destacou que o Ministério da Previdência Social – MPS lançou um novo Manual do Pró-Gestão RPPS o qual disponibilizou enviando para o grupo de whatsapp do Comitê, onde todos estão vinculados, para conhecimento. O Diretor-Presidente apresentou aos membros relatórios esses, registrados em um Sistema de Gestão de Investimentos – SGI, da Conjuntura Econômica e Financeira do mês de março onde divaga sobre as movimentações, rentabilidades da carteira mensal e do acumulado no ano, composição da carteira e por segmento, alocação, seus riscos, evolução patrimonial, resumo do mercado X carteira de investimento e rentabilidade acumulado versus meta atuarial, a qual estamos acima do estipulado na política de investimentos. Apresentou, também, um relatório dinâmico onde demonstra todas as aplicações, com valores e porcentagem em cada fundo, saldos, rendimento no ano, rentabilidade no mês de março, rentabilidade acumulada e a meta atuarial acumulada. Outro demonstrativo foi apresentado, é o da rentabilidade x meta RPPS do mês de março, onde demonstra a rentabilidade de cada fundo em valores e em porcentagem, a meta da política de investimentos, a meta do período e a porcentagem alcançado da meta no período; o relatório de enquadramento do RPPS e o enquadramento conforme a política de investimento; e a APR demonstrando todas as aplicações e resgates ocorridas no mês de março. A consultoria apresentou uma orientação, sugestão de aporte, porém, não foi concretizada, e,

hoje apresentada na sessão para conhecimento de todos os presentes. Foi apresentado uma resenha sobre a retrospectiva, desempenho das atividades do Brasil e do mundo do mês de março: *O cenário econômico de março de 2026 foi marcado por um início de ciclo de corte de juros no Brasil, em meio a um ambiente internacional de alta volatilidade devido a tensões geopolíticas no Oriente Médio. A atividade econômica brasileira mostrou resiliência, com surpresas positivas na indústria e varejo, mas a inflação apresentou aceleração, limitando o ritmo de afrouxamento monetário. Os principais destaques do mês de março foram: A Política Monetária (Selic), o Banco Central (Copom), na sua 277ª reunião, reduziu a taxa Selic em 0,25 ponto percentual, passando de 15,00% para 14,75% a.a. Esta foi a primeira redução em quase dois anos, adotando um tom cauteloso devido à incerteza externa e desancoragem das expectativas. A inflação – IPCA - No terceiro mês de 2026, o IPCA registrou alta de 0,88% em março, acelerando em relação aos 0,70% observados em fevereiro, segundo dados oficiais do IBGE. Com esse resultado, o índice acumulado no ano alcançou 1,92%, enquanto a inflação em 12 meses avançou para 4,14%, acima dos 3,81% registrados até fevereiro, mas ainda dentro da banda de tolerância da meta oficial de inflação (3% ±1,5 p.p.) estabelecida pelo BACEN. Entre os grupos pesquisados, Transportes (1,64%) apresentou a maior variação e também o maior impacto no índice do mês (0,34 p.p.), refletindo sobretudo a elevação expressiva dos combustíveis, com destaque para a gasolina. Esse grupo respondeu por parcela significativa do resultado mensal, evidenciando a relevância dos preços administrados e voláteis na dinâmica inflacionária recente. O grupo Alimentação e bebidas (1,56%) registraram a segunda maior contribuição para o índice, com impacto de 0,33 p.p., influenciado principalmente pela alta de alimentos in natura, como tomate, cebola e batata, além do avanço de itens importantes da cesta básica. Já Despesas pessoais (0,65%) também apresentou variação relevante, impulsionada principalmente por serviços ligados a lazer. Nos demais grupos, as variações foram mais moderadas, com destaque para Habitação (0,22%) e Saúde e cuidados pessoais (0,42%), que possuem peso relevante no cálculo do indicador. Em contraste, Educação (0,02%) apresentou desaceleração expressiva após o pico sazonal observado no mês anterior. No balanço geral, o resultado mensal sugere uma nova aceleração da inflação, agora mais disseminada e menos concentrada em fatores sazonais, com maior influência de itens voláteis, como combustíveis e alimentos. Diante desse cenário, as projeções mais recentes do mercado passaram a indicar IPCA em torno de 4,31% para 2026, com inflação próxima de 3,84% em 2027, trajetória ainda compatível com a convergência gradual dos preços em direção à meta oficial. No cenário externo o conflito no Oriente Médio (EUA-Irã) gerou um "choque de oferta" que elevou os preços do petróleo, pressionando a inflação global e gerando incerteza no comércio internacional. O mercado de trabalho norte-americano apresentou melhora em março de 2026, revertendo a contração observada no mês anterior e sinalizando desempenho mais consistente, conforme os dados oficiais do Payroll. Os EUA registraram criação líquida de 178 mil postos de trabalho, superando as expectativas e compensando parcialmente a perda de 92 mil vagas em fevereiro (dado já revisado). O resultado sugere que a fraqueza anterior esteve associada, em grande medida, a fatores transitórios, e não a uma deterioração estrutural mais intensa do emprego. Do ponto de vista setorial, a geração de vagas foi relativamente disseminada, com destaque para saúde, construção e transporte e armazenagem. Em contrapartida, segmentos como informação e parte dos serviços corporativos mantiveram desempenho mais contido, evidenciando heterogeneidade do mercado de trabalho em um contexto de desaceleração gradual da atividade. No que se refere à taxa de desemprego, houve leve recuo de 4,4% em fevereiro para 4,3% em março, indicando relativa estabilidade nas condições gerais. Esse movimento foi acompanhado por variações moderadas na taxa de participação, sugerindo que, apesar da melhora na geração de vagas, o equilíbrio entre oferta e demanda por trabalho permanece próximo de um ponto de normalização. Ainda assim, o desemprego segue em patamar historicamente baixo. Em termos de rendimentos, os salários médios por hora apresentaram crescimento mais moderado, com alta anual*

próxima de 3,5%, abaixo da leitura anterior. Esse comportamento reforça a continuidade do processo de desinflação salarial, ainda que gradual, indicando arrefecimento das pressões inflacionárias oriundas do mercado de trabalho. Esse conjunto de indicadores segue sendo central para a condução da política monetária nos Estados Unidos. Na última reunião do Comitê Federal de Mercado Aberto (FOMC), realizada em março, o Federal Reserve manteve a taxa básica de juros no intervalo entre 3,50% e 3,75%, em linha com as expectativas. A combinação entre recuperação do emprego e moderação apenas parcial dos salários reforça uma postura cautelosa, com manutenção dos juros em patamar restritivo no curto prazo e eventuais cortes condicionados a uma desaceleração inflacionária mais consistente ao longo do ano. A China manteve crescimento, mas em trajetória de desaceleração. Câmbio e Riscos: A volatilidade internacional e as tensões geopolíticas mantiveram o câmbio pressionado, contribuindo para a cautela da autoridade monetária brasileira. Em março de 2026, a inflação anual na zona do euro manteve-se em 1,9%, segundo estimativas preliminares da Eurostat, permanecendo ligeiramente abaixo da meta de 2,0% do Banco Central Europeu (BCE). O resultado indica estabilidade após a leve reaceleração observada em fevereiro, ainda com diferenças relevantes entre os componentes do índice. A dinâmica inflacionária seguiu influenciada pelos preços de energia, que permaneceram negativos na comparação anual, embora com menor intensidade, reduzindo seu efeito desinflacionário. Em contrapartida, os preços de serviços continuaram pressionados, com variações próximas de 3%, refletindo a persistência de pressões domésticas, especialmente ligadas ao mercado de trabalho, ainda que sem aceleração relevante no período. A inflação subjacente apresentou leve acomodação, recuando de 2,4% para 2,3%, sinalizando moderação gradual das pressões mais persistentes. Ainda assim, o indicador segue acima da meta do BCE, indicando que o processo de convergência inflacionária permanece incompleto. No campo da atividade, os dados continuam apontando crescimento moderado, com o setor de serviços sustentando a expansão, enquanto a indústria segue com desempenho mais fraco. Diante desse cenário, o mercado mantém a expectativa de uma postura cautelosa do BCE, com cortes graduais de juros ao longo de 2026, condicionados à continuidade da desinflação e à consolidação de uma recuperação econômica mais consistente, reforçando uma estratégia de normalização monetária gradual e dependente dos dados. Na China, os PMIs oficiais de março de 2026 indicaram melhora da atividade econômica após a fraqueza observada no início do ano. O PMI da indústria avançou para 50,3 pontos, ante 49,0 em fevereiro, retornando à zona de expansão e sinalizando recuperação do dinamismo fabril. O resultado refletiu principalmente a melhora dos subíndices de produção e de novos pedidos, ambos acima de 50 pontos, sugerindo fortalecimento gradual das demandas doméstica e externa. No setor não manufatureiro, o PMI de serviços e construção também avançou, passando de cerca de 49,5 para 51,2 pontos em março. A leitura indica retomada da expansão nessas atividades, com destaque para serviços, favorecidos pela normalização após o Ano Novo Lunar e por sinais mais consistentes de recuperação do consumo interno. No agregado, o PMI composto subiu para aproximadamente 51,0 pontos, sinalizando retorno do crescimento no início do segundo trimestre de 2026. A melhora conjunta reforça a avaliação de que a desaceleração recente teve caráter parcialmente temporário, embora persistam desafios estruturais. Nesse contexto, a recuperação da indústria segue condicionada ao fortalecimento do consumo doméstico e à estabilização do setor imobiliário, enquanto os serviços mantêm papel central na sustentação do crescimento. Assim, a tendência é de continuidade de políticas econômicas direcionadas, com estímulos seletivos voltados a consolidar a retomada da atividade, sem ampliação relevante de desequilíbrios macroeconômicos no curto prazo. Em resumo da conjuntura, o mês de março de 2026 fechou com uma mistura de alívio nos juros (início do corte) e alerta inflacionário (aceleração). O mercado passou a monitorar se a escalada dos combustíveis e alimentos seria temporária ou se demandaria uma pausa na queda da Selic nos meses seguintes. Quanto ao cenário da renda variável, o Ibovespa apresentou leve desempenho negativo, registrando

queda de aproximadamente -0,70% no mês, em um ambiente marcado pelo aumento da aversão ao risco global, especialmente diante da intensificação de tensões geopolíticas. Apesar da correção, o índice manteve desempenho positivo no acumulado do ano, com valorização próxima de 16,35% enquanto, na comparação em 12 meses, avançou cerca de 48,5%. Impulsionadas pela elevação dos preços internacionais do petróleo, os destaques positivos do mês ficaram por conta das ações vinculados aos setores petrolífero e de energia, que lideraram os ganhos no período. As maiores altas foram registradas pela Petrobras ON (PETR3;+25,27%) e Petrobras PN (PETR4;+23,19%), PRIO (PRIO3;+22,24%), Eneva (ENEV3;+14,67%) e Ultrapar (UGPA3;+10,85%). Esse desempenho refletiu tanto o cenário externo favorável às commodities quanto movimentos específicos do setor. Por outro lado, na ponta negativa, ações mais sensíveis ao ciclo doméstico e ao custo de capital apresentaram perdas expressivas. As maiores quedas do período incluíram CSN (CSNA3;-26,57%), MRV (MRVE3;-23,14%), Minerva (BEEF3;-18,58%), Direcional (DIRR3;-18,50%) e Vivara (VIVA3;-16,82%), refletindo tanto fatores setoriais quanto a deterioração das condições financeiras e aumento da incerteza global. Nos demais papéis que compõem o índice, observou-se comportamento heterogêneo, com elevada volatilidade ao longo do mês. Episódios de queda acentuada estiveram associados principalmente ao ambiente externo mais adverso, que impactou de forma ampla os mercados emergentes. No geral, o desempenho do Ibovespa em março sugere um movimento de acomodação após forte valorização recente, com maior influência de fatores externos e reprecificação de risco global. Ainda assim, o resultado acumulado no ano e em 12 meses indica manutenção de fundamentos relativamente sólidos no mercado acionário brasileiro. Em renda fixa, o mercado de renda fixa apresentou desempenho mais heterogêneo entre os principais indicadores da família IMA, refletindo um ambiente de maior volatilidade ao longo da curva de juros. O IMA Geral registrou valorização de aproximadamente 0,55% no mês, acumulando cerca de 3,07% no ano e 14,36% em 12 meses, resultado ainda sustentado pelo carregamento elevado dos títulos públicos, embora com maior dispersão entre os segmentos. Em um contexto marcado pela elevação recente da inflação corrente e aumento das incertezas externas, a política monetária seguiu restritiva, mantendo o CDI como referência atrativa no curto prazo. No segmento de títulos prefixados, o desempenho foi negativo no agregado. O IRF-M recuou cerca de -0,59% no mês, acumulando 2,36% no ano e 15,65% em 12 meses, refletindo abertura da curva nominal. No trecho mais curto, o IRF-M1 avançou 1,02%, com ganho de 3,28% no ano e 14,71% em 12 meses, beneficiado pela ancoragem da parte curta da curva. Já o IRF-M1+ apresentou queda de -1,21% no mês, com 2,02% no acumulado do ano e 16,16% em 12 meses, evidenciando maior sensibilidade dos vértices longos ao aumento dos prêmios de risco. Entre os títulos indexados à inflação, o desempenho também foi misto. O IMA-B avançou 0,17% no mês, acumulando 2,98% no ano e 12,66% em 12 meses. No segmento intermediário, o IMA-B5 subiu 1,39%, com 3,86% no ano e 12,47% em 12 meses, enquanto o IMA-B5+ recuou -0,78%, acumulando 2,29% no ano e 12,65% em 12 meses, refletindo recomposição de prêmios reais nos prazos mais longos. No caso dos títulos pós-fixados, o IMA-S apresentou alta de 1,27% em março, acumulando 3,49% no ano e 15,00% em 12 meses, refletindo essencialmente o carregamento da taxa Selic. De forma geral, o resultado de março indica maior seletividade no mercado de renda fixa, com pressão sobre ativos de maior duration em meio ao aumento das incertezas externas e à reprecificação da trajetória de juros, ao passo que os segmentos pós-fixados e de menor prazo seguem favorecidos. CENÁRIO ATUAL: Com base nas projeções para abril de 2026, o cenário econômico brasileiro apresenta sinais de moderação no crescimento e foco na consolidação fiscal. Aqui está um breve resumo: Atividade Econômica: O crescimento do PIB em 2026 é projetado em um ritmo moderado, estimado em cerca de 1,6% a 2,3%, após um período de avanços consecutivos nos anos anteriores. O início de abril traz dados de monitoramento da indústria, comércio e serviços que sugerem essa estabilização. Contas Públicas (Fiscal): O Prisma Fiscal de abril de 2026 indicou uma melhora nas projeções para o resultado primário do Governo



Central, com estimativa de receita líquida de R\$ 211,28 bilhões para o mês. Inflação: A inflação continua sendo monitorada de perto, com análises setoriais, especialmente em alimentação e saúde, influenciando o índice geral. Cenário Externo e Câmbio: Persiste a volatilidade na taxa de câmbio, influenciada por incertezas geopolíticas e macroeconômicas globais, o que impacta o ambiente doméstico. Resumo da Tendência: Abril de 2026 é marcado por uma economia que busca equilíbrio, tentando manter o crescimento moderado enquanto busca o cumprimento das metas fiscais. PERSPECTIVA PRÓXIMO MÊS: Com base nas projeções disponíveis até abril de 2026, o cenário econômico brasileiro para o mês de maio de 2026 desenha um quadro de desaceleração gradual da atividade econômica, acompanhado por uma inflação resiliente, mas sob monitoramento, e incertezas no cenário fiscal. Principais Tendências para Maio de 2026: Crescimento Econômico Moderado: A economia brasileira deve apresentar crescimento moderado, com projeções de mercado (Focus) indicando uma expansão do PIB em torno de 1,85% a 1,9% para o ano de 2026. O FMI revisou para cima a projeção devido a impactos positivos nas exportações de energia (petróleo), compensando riscos de uma desaceleração na demanda global. Inflação e Política Monetária (Selic): A inflação (IPCA) mostra sinais de acomodação, mas continua sendo um fator de alerta. Espera-se que a taxa Selic termine o ano ainda em patamares elevados (projetada em torno de 12% a 14% ao ano), dada a persistência inflacionária e a necessidade de controle fiscal. Cenário Fiscal em Foco: Preocupações fiscais persistem. Embora a arrecadação mostre resiliência no início de 2026, os riscos de médio prazo são latentes, influenciados pelo ritmo de gastos do governo e impacto das mudanças nas regras de imposto de renda sobre a demanda. Mercado de Trabalho: A expectativa é de estabilidade ou leve piora no mercado de trabalho em maio, sem indicar deterioração brusca, refletindo a desaceleração suave da atividade econômica. Commodities e Câmbio: A balança comercial continua favorecida pela exportação de petróleo, o que pode dar certo suporte ao câmbio, embora a aversão ao risco global possa restringir fluxos para emergentes. Resumo: Em Maio de 2026 deve consolidar um cenário de "pouso suave" (soft landing), com a economia crescendo menos que em 2025 (projeção de 2,3%), juros altos por mais tempo e foco contínuo na trajetória da dívida pública. Também, frisou que os demonstrativos como: DAIR, DIPR do mês de março estão em dias. Neste momento, o Diretor Administrativo-Financeiro, apresentou planilhas com as movimentações das rentabilidades referente ao mês de abril (28), onde frisou otimismo que teremos bons resultados para este de mês quanto a valorização da nossa carteira. O Diretor-Presidente agradeceu ao Prefeito, Exmo. Sr. Semeide Bermeguy Porto, e ao Presidente da Câmara, Lucas da Silva Félix, pelo compromisso com o futuro dos servidores e beneficiários e não medem esforços para cumprir com os repasses de suas obrigações, as contribuições com este IPSSBC/BCPREV. O Diretor-Presidente, frisou que através de *prints* publicados pelo aplicativo *whatsapp* no grupo dos membros do comitê e do conselho administrativo, onde demonstra diariamente a evolução, com valores diariamente atualizados, rendimentos diários, juros diários, conseqüentemente o valor total atualizado diariamente. Neste momento foi perguntado, aos membros, se alguém teria algo a mais para proferir além de tudo o que foi apresentado. Com isso, ninguém se manifestou, e, não tendo mais nada a decidir e exprimir, e, por estar justo e perfeito, a sessão deu-se por encerrada e que os trabalhos transcorreram na sua mais perfeita ordem e harmonia sem ferir os pontos de referência, os pilares fundamentais que sustentam os princípios e a integridade da administração pública. Assim, eu, Hiran Muraiare de Menezes, nomeado secretário para este momento pelo Diretor-Presidente e Presidente do Comitê de Investimentos do IPSSBC/BCPREV, lavrei a presente ata que após de analisada e aprovada por todos os membros, vai assinada por mim e pelos demais membros participantes. Benjamin Constant/AM, em 28 de abril de 2026 às 16h25. Segue assinatura dos membros do Conselho Administrativo e o Comitê de Política de Investimentos do IPSSBC/BCPREV.

//////////



ESTADO DO AMAZONAS
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES
DE BENJAMIN CONSTANT/AM – IPSSBC/BCPREV
CNPJ Nº 13.240.198/0001-22
Rua: General Canrobert, 950 – Colônia II
CEP. 69.630-000 - Benjamin Constant - Amazonas
e-mail : bcprev.bc@gmail.com



RODRIGO DA SILVA BICHARA
Diretor-Presidente – IPSSBC/BCPREV
Presidente do Comitê de Investimento

RODRIGO CHRISTIAN SENA DA SILVA
Secretário de Economia e Finanças - PMBC

JOSÉ MARTINS DA ROCHA
Diretor Administrativo-Financeiro

FRANCISCO MANOEL MOTA
Representante dos Beneficiários do
IPSSBC/BCPREV

HIRAN MURAIARE DE MENEZES
Representante dos servidores Ativos

GILCEMAR PINHEIRO BARBOSA
Representante do Poder Legislativo Municipal